

:: *Verinotio - Revista On-line de Educação e Ciências Humanas*
Nº 7, Ano IV, Novembro de 2007, periodicidade semestral – ISSN 1981-061X

**AS VICISSITUDES DO PENSAMENTO DE CARLOS NELSON COUTINHO
DO TALHE ANALÍTICO LUKACSIANO AO POLITICISMO¹**

Vladmir Luis da Silva²

Resumo

Este artigo tem por intuito evidenciar a mudança de posição do filósofo brasileiro Carlos Nelson Coutinho, manifesta na alteração de norteadores reflexivos, bem como suas razões e conseqüências no plano da análise da realidade brasileira e da proposição política.

Palavras-chave: Politicismo, Política, Democratização, Via Prussiana, Socialismo, Literatura.

**THE VICISSITUDES OF CARLOS NELSON COUTINHO'S THINKING
FROM THE LUKACSIAN ANALYTICAL SHAPE TO POLITICISM**

Abstract

This article has as objective evince the change of position of the Brazilian philosopher Carlos Nelson Coutinho, present in the modification of the reflexive parameters, as well as the reasons and consequences in the plan of analysis of Brazilian reality and the political proposition.

Key-words: Politicism, Politics, Democratization, Prussian way, Socialism, literature.

¹ Empregamos o termo “Politicismo” no sentido atribuído por José Chasin, a saber, enquanto designativo do discurso cuja marca essencial é “/.../a diluição, o desossamento do todo, a sua liquefação em propostas abstratamente situadas apenas no universo das regras institucionais” (Chasin, 2000: 8). Ou seja, trata-se, genericamente, da afirmação da prevalência do âmbito político sobre a totalidade do real, em detrimento de seu matricamento sócio-econômico.

² Cientista Social, possui bacharelado e licenciatura em Ciências Sociais pelo Centro Universitário Fundação Santo André. Atualmente desenvolve estudo sobre o pensamento de Carlos Nelson Coutinho, mais especificamente à sua tese da via prussiana como o modelo de desenvolvimento capitalista para o Brasil, sob orientação da Prof^a. Dr^a. Lívia Cotrim.

Introdução:

O presente texto foi concebido no interior de um empreendimento maior, cujo escopo é a análise da tese, defendida por Carlos Nelson Coutinho, segundo a qual os conceitos de “via prussiana” e “revolução passiva” constituiriam chaves interpretativas para compreensão da entificação do capitalismo no Brasil. Em tal estudo, percebemos uma inflexão essencial no pensamento do autor, cujo vulto dos reflexos nos obriga a dedicar algumas considerações sobre a mesma. Trata-se da mudança de referenciais analíticos por parte de Coutinho, representada pela transição Lukács/Gramsci em seu pensamento; neste sentido, tentaremos elucidar as variações e mudanças de foco em sua argumentação, bem como a propositura resolutiva do quadro que aponta. Devido ao estágio de desenvolvimento do referido empreendimento, não nos referiremos aqui às fases lukacsiana e gramsciana ou eurocomunista pela checagem da efetiva ancoragem do filósofo em questão em seus referenciais, mas sim pelas diferenças constatadas no andamento da pesquisa e pelas declarações dadas pelo autor que confirmam, até certo limite, nossa apreciação³.

Um período fértil:

A fim de tornar mais nítido o contorno do objeto deste artigo, teceremos algumas considerações acerca do procedimento analítico e das problemáticas presentes na fase lukacsiana do filósofo baiano, deixando a afirmação de algumas das conseqüências de tal mudança para o momento do tratamento de suas contrafações na fase seguinte (gramsciana e eurocomunista). Ainda quando restrita ao âmbito da análise literária, a analítica coutiniana sempre apanha os

³ A este respeito Coutinho declara, em tom metafórico: “não tenho mais, já há algum tempo, um casamento monogâmico com Lukács. Já me permito traições, abertas e descaradas, sobretudo com Gramsci.” (Coutinho, *Presença de Lukács no Brasil*, 2002:180). No mesmo sentido, diz que: “Meu primeiro livro, de 67, chama-se *Literatura e humanismo* e é essencialmente de crítica literária. É um livro marcadamente influenciado por Lukács, como aliás o início da minha produção é certamente marcado mais por Lukács do que por Gramsci. Hoje eu equilibro os dois, embora Gramsci tenha um peso maior” (*id.*, *Paixão por Gramsci*, 2003). Como deve ficar claro no decorrer deste artigo, nossas investigações indicam uma ruptura maior do que a admitida por Coutinho.

fenômenos do gênero a partir da totalidade das relações sócio-econômicas. Este nos parece ser o talhe analítico quando o autor aponta as determinações da ausência de um ordenamento democrático em nosso país mediante o seguinte argumento:

A ausência de uma economia integrada – estruturada em torno de um mercado interno único – era causa e efeito da inexistência de uma classe burguesa orgânica, que estivesse em condições de promover uma autêntica revolução democrática. Assim, o total fracionamento de nossa sociedade – típico de uma economia pré-capitalista – impedia a formação de uma verdadeira comunidade humana, de uma vida pública democrática, afastando o povo de qualquer participação criadora em nossa história. (Coutinho, 1967: 141)

Temos aí a apreensão das condicionantes históricas da não efetivação de um regime democrático no país, o que é possível pelo fato de o autor trabalhar no âmbito da captação da particularidade, colocando na execução deste objetivo seus maiores esforços. Ainda que não se utilize neste momento do conceito de “via prussiana”, Coutinho avança na determinação da particularidade de nosso capitalismo, captando as determinantes essenciais da realidade nacional; é o que podemos observar nesta longa, porém instigante passagem:

No Brasil, bem como na generalidade dos países coloniais ou dependentes, a evolução do capitalismo não foi antecedida por uma época de ilusões humanistas e de tentativas – mesmo utópicas – de realizar na prática o “cidadão” e a comunidade democrática. Os movimentos neste sentido, ocorridos no século passado e no início deste século, foram sempre agitações superficiais, sem nenhum caráter verdadeiramente nacional e popular. Aqui, a burguesia se ligou às antigas classes dominantes, operou no interior da economia retrógrada e fragmentada. Quando as transformações políticas se tornavam necessárias, elas eram feitas “pelo alto”, através de conciliações e concessões mútuas, sem que o povo participasse das decisões e impusesse organicamente a sua vontade coletiva. (*ib.*: 142)

A captação das condicionantes sócio-econômicas também pode ser observada quando, analisando o *São Bernardo* de Graciliano Ramos, Coutinho

assevera que a originalidade da obra, a saber, o fato de o personagem Paulo Honório representar não só o “herói problemático”, mas também o “mundo convencional”, decorre da “/.../própria realidade brasileira, em sua especificidade com relação à européia” (*ib.*: 156). No dizer do autor,

Ela decorre /.../ do duplo caráter de nossa burguesia e de nosso capitalismo nascente: ao mesmo tempo em que representa um papel progressista, criando condições para o surgimento do “inconformismo” em face da estagnação anterior, nosso capitalismo – por causa de sua fraqueza e de sua incapacidade de organizar a inteira sociedade a partir de um ponto de vista globalmente inovador – é obrigado a conciliar com o velho e o caduco, com as forças que mantêm o nosso atraso secular, e a se opor, conseqüentemente, às novas forças verdadeiramente renovadoras. (*ib.*: 156)

Desta forma, os indivíduos excepcionais circunscritos nas condições de vida burguesa, sem o arrimo dos valores de uma burguesia revolucionária, encontram-se em uma situação distinta daquela encontrada “/.../no romance europeu do princípio do séc XIX /.../”: opõem-se-lhes não apenas “a realidade circundante”, mas “/.../a própria limitação interior, a incapacidade – que é a de sua classe – de superar o que nêles existe de ‘mundo convencional e vazio’, ou seja, o ‘pequeno mundo’ da solidão e do egoísmo, a conciliação com o atraso social” (*ib.*: 157). Sendo assim, a obra em questão é captada a partir das condições particulares engendradas em nosso caminho ao capitalismo, um inteiro modo de ser da realidade nacional, que encontra sua razão de ser basilar nas relações sócio-econômicas, a fraqueza do capitalismo e de sua burguesia.

Em seu *O Estruturalismo e a miséria da razão*, Coutinho nos dá pistas de trilhar a mesma rota de seu mestre húngaro quando explicita o seu objetivo de ajudar a “/.../desenvolver e atualizar a crítica lukacsiana da cultura burguesa, crítica que atingiu um nível de generalização histórico-universal na notável e sempre atual *A destruição da razão*” (*id.*, 1974: 5). Mas é na objetivação deste intuito que o autor evidencia seguir os passos de Lukács; a este respeito, devemos observar o modo como apreende o fenômeno do estruturalismo. É no processo de transformação do capitalismo europeu – iniciado na década de 30,

mas que “/.../só se torna realmente dominante e universal no período do após-guerra” (ib.: 54) –, que o filósofo baiano verifica a emergência das condições que transformariam em moda a referida filosofia. Atinando para a necessidade de expansão do consumo por parte do capitalismo, Coutinho centra sua atenção em um fator fundamental neste processo: “/.../o aumento do consumo privado, através da criação de necessidades artificiais” (ib.: 56). Mas, para que esta ampliação possa ser efetuada, duas condições são necessárias:

/.../primeiro, o desenvolvimento tecnológico que permita passar da exploração do trabalho através da mais-valia absoluta àquela através da mais-valia relativa, com o que se garante, ao mesmo tempo, um aumento do lucro e um aumento da possibilidade de consumir; e, segundo, o desenvolvimento de um aparato que manipule os desejos do consumidor, atualizando aquela possibilidade de consumir mesmo em face de produtos que o indivíduo não necessita de um ponto de vista racional. (ib.: 56)

Portanto, se em seu “/.../período ‘primitivo’, o capitalismo caracterizava-se pela maciça concentração dos recursos na esfera da produção, o que implicava na burocratização dos aparatos produtivos, incluído aí o homem social/.../” (ib.: 55), nas condições ora engendradas, “/.../a esfera do consumo – outrora abandonada às leis cegas do mercado, ao capricho subjetivo e ‘irracional’ de milhões de consumidores individuais – passa a ser igualmente submetida à burocratização e à homogeneização capitalistas” (ib.: 56). Ou seja, na vigência do que o autor chama de “capitalismo de consumo”, temos a conversão do “tempo livre”, entendido como “/.../setor da vida que se coloca além do trabalho produtivo/.../”, em “tempo manipulado”, o que torna o homem um “autômato passivo” também na “esfera de lazer” (ib.: 56-57). Completando o quadro necessário à emanação do estruturalismo, Coutinho chama a atenção para a sensação de “segurança” proveniente do “neocapitalismo”:

Enquanto a antiga “liberdade” do mercado /.../ era vivida em épocas de crise como algo “terrível”, incontrolável, causador de angústia, a nova racionalização homogeneizadora ganha na ideologia um sinal positivo, ou seja, aparece como

fonte de “segurança” e de estabilidade. Surge a ilusão generalizada de que a manipulação, eliminando a “irracionalidade” das crises, transformou a sociedade em algo “racional”, ou seja, não-contraditório. (*ib.*: 59)

É neste cenário que o estruturalismo emerge como “ideologia da segurança” ou “reflexo ideológico do mundo manipulado”. Isto é, para o autor, a identificação, operada pelo estruturalismo, “/.../da Razão humana com a ‘racionalidade’ imperante nos fenômenos imediatos da sociedade capitalista contribui /.../ para reforçar nas consciências a convicção de que a atual manipulação humana /.../ é um dado ontológico eterno e imutável” (*ib.*: 61). Esta natureza de “ideologia da segurança” emana, nas palavras do autor, “/.../da capitulação do estruturalismo à aparência imediata da realidade atual” (*ib.*: 61). Tendo em vista esta última, Coutinho vislumbra o solo da pretensão da nova corrente agnóstica em ser uma “concepção do mundo”:

Torna-se agora mais fácil, embora nunca mais verdadeiro, afirmar que todas as atividades humanas (dos mitos culinários à composição musical, das relações de parentesco à estrutura econômica, do “sistema” da moda às grandes obras literárias) subordinam-se a regras formais, são produtos de um “intelecto” mistificado, convertido – sob o nome de “episteme” ou de “estrutura inconsciente” – num fetiche pseudo-objetivo. (*ib.*: 61-62)

Em suma, embora esteja aqui toscamente resumida, podemos verificar que a teoria coutiniana acerca do estruturalismo o apreende no bojo das transformações ocorridas nas formas de relacionamento entre os indivíduos, ou, mais especificamente, no modo como estes reconfiguram determinados aspectos de sua sociabilidade visando à seqüência da reprodução do capital.

Podemos vislumbrar o mesmo tipo de procedimento analítico em um texto mais avançado no tempo, basta observarmos onde Coutinho vai buscar a raiz da continuidade do *realismo* na literatura:

/.../nos países que seguiram uma via democrática de desenvolvimento, nos quais a contínua intervenção popular na criação da vida nacional assegura a formação de um amálgama sócio-humano relativamente homogêneo e unitário, a literatura

apresenta também uma marcada continuidade: os novos escritores tomam sempre como ponto de partida, ainda que para superá-los dialeticamente, os problemas e as soluções encontrados por seus antecessores. (*id.*, 1974: 11-12)

Ou seja, um dado fenômeno no campo da literatura é rastreado em sua raiz, um modo particular de desenvolvimento no qual a participação popular edifica um ordenamento societário propício à referida continuidade. Trabalhando aqui já com a noção leniniana de “via prussiana” enquanto caminho particular ao capitalismo, Coutinho condiciona a inexistência da continuidade apontada entre nós à trilhagem daquela, em clara oposição aos países onde a entificação do capitalismo se deu pela “via francesa”; em outros termos, o autor relaciona a não-ocorrência do fenômeno em causa à ausência da participação popular na história nacional, uma das marcas essenciais da “via prussiana”.

Para findar esta breve exposição e demarcação da particularidade do perfil analítico de Coutinho em sua fase lukacsiana, observemos rapidamente o modo de tratamento da obra de Kafka, indicado já no título do ensaio, *Kafka: Pressupostos históricos e reposição estética*. Neste texto, que se localiza no limite da primeira fase e no qual temos inclusive a emergência de um conceito essencial da fase seguinte (a “sociedade civil” gramsciana), o autor julga identificar a “vitória do realismo” na obra kafkiana – cuja inobservância por parte de Lukács dá azo à crítica de Coutinho ⁴ – na figuração por esta do período de transição entre o liberalismo e o “capitalismo dos monopólios”; além deste vínculo, também cabe aqui evidenciar, de acordo com nosso objetivo de explicitar uma postura analítica, o fato de que Coutinho condiciona a forma como Kafka atingiu a referida vitória à esta mesma fase de transição. Retomando noções de seu ensaio de 1974, o filósofo baiano caracteriza a realidade do “capitalismo dos monopólios” como sendo a de um “mundo manipulado” (*id.*, 1977: 33), o qual Kafka, graças ao

⁴ Devido à complexidade da crítica de Coutinho a Lukács, cujo sentido é o de “/.../tentar compreender à luz de Lukács um autor [Kafka] que Lukács não compreendeu /.../” (*id.*, 1977: 23 acréscimo nosso), não trataremos da mesma neste breve artigo. Também não analisaremos aqui o conceito de “sociedade civil” adotado a partir deste momento, pois o mesmo aparece em rápida passagem (*ib.*: 25 e 36-37) e carece de maiores implicações na argumentação do autor.

caráter “antecipador” de sua obra, pôde criticar⁵. Tal caracterização decorre da comparação desta fase do capitalismo com a liberal; de acordo com o autor, nesta última havia uma “/.../dialética mais flexível entre causalidade e necessidade na determinação da ação individual/.../, onde “/.../os espaços livres só se fechavam ‘em última instância’” (*ib.*: 26). Esta situação foi substancialmente alterada pela emergência da nova fase:

Com a passagem do capitalismo liberal para o capitalismo dos monopólios (e, em particular, para o capitalismo monopolista de Estado), essa dialética entre causalidade e necessidade sofre uma alteração. Os “espaços livres” começam a desaparecer já na esfera econômica. /.../ E, a partir da base econômica, o processo se generaliza à totalidade da vida social. (*ib.*: 26)

Desta forma, Kafka trabalha em uma realidade essencialmente distinta da anterior; nas palavras de Coutinho, “/.../vivendo precisamente na época de transição /.../, Kafka figura em sua obra esse endurecimento crescente do ambiente, esse paulatino estreitamento dos espaços individuais de manobra” (*ib.*: 27). Esta alteração no plano da realidade concreta resultaria em modificações também no plano da figuração estética. Discorrendo acerca da situação anterior, o filósofo assevera que:

/.../a contradição entre a tentativa de se manter (ou de se mover) no interior dessa “faixa livre” e o triunfo final das “forças objetivas”, impondo a capitulação conformista, a resignação ou a derrota trágica, é precisamente o conteúdo essencial do romance realista do século XIX. (*ib.*: 26)

Já na nova fase, “Ele [Kafka] nos mostra, por exemplo, como Gregor Samsa e Joseph K. – seus dois mais importantes heróis realistas – experimentam o poder esmagador dessa necessidade social objetiva sem que para isso movam um só dedo” (*ib.*: 27 Acréscimo nosso). Sendo assim, a uma nova situação concreta, corresponde uma distinta problemática na obra kafkiana, a qual Coutinho resume nos seguintes termos:

⁵ O tratamento da manifestação da possibilidade da antecipação na obra de Kafka encontra-se nas pp.33-40 do ensaio em causa.

/.../em nosso tempo, nem mesmo o homem médio – o homem desprovido de qualquer impulso no sentido de uma autofruição verdadeiramente humana e muito distante de ser um inconformista (como o eram Julien Sorel, Lucien de Rubempré, Raskolnikov ou mesmo o narrador da *Recherche*) – pode se julgar a salvo daquela “última instância” que, à sua falsa consciência, aparece como um “destino” fatal. (ib.: 27-28)

Não apenas neste tratamento da consecução da figuração da nova realidade por parte de Kafka, a saber, no “confronto entre objetivação estética e o mundo histórico social” (ib.: 20), mas também na descrição da forma específica como o escritor chegou a tal objetivo, Coutinho deixa transparecer o primado do ser sobre as formas da consciência. A questão do modo como Kafka atingiu a figuração da universalidade do capitalismo monopolista se resolve quando o filósofo baiano especifica em que nível tal universalidade foi apreendida: “/.../o nível em questão é o nível do universal enquanto *novidade emergente*” (ib.: 40). Ou seja, Kafka figurou a realidade do capitalismo de monopólios em um momento em que esta ainda não havia se colocado como uma universalidade totalmente explicitada, um momento no qual o novo aparece “/.../sob a forma do universal relativamente abstrato /.../, como uma ‘célula’ da qual ainda não se explicitou inteiramente a totalidade de suas manifestações e determinações específicas” (ib.: 40-41). A esta situação histórica correspondeu, na obra kafkiana, não o romance como forma, mas sim a novela, a qual “/.../ilumina a totalidade a partir da representação de um evento singular sintomático” (ib.: 41). Carecendo de uma totalidade totalmente explicitada como pressuposto às suas objetivações estéticas, Kafka plasmou suas melhores obras sob a forma da novela; no dizer de Coutinho:

Kafka apreendeu a realidade do capitalismo tardio através de alguns dos seus sintomas mais expressivos; em sua época, tais sintomas ainda apareciam sob a forma de “eventos extraordinários” /.../, de bruscas irrupções do “acaso” na vida cotidiana, sem se explicitarem numa totalidade concreta de determinações, ou seja, em termos estéticos, sem se articularem numa “totalidade de objetos” (como no romance clássico) ou numa “totalidade de reações” (como no romance contemporâneo). Ao caráter “antecipador” do conteúdo, apreendido através de

eventos simbólico-sintomáticos, corresponde o emprego da novela como forma estruturadora. (*ib.*: 42)

Esta determinação também é exposta por Coutinho pelo seu lado inverso, ou seja, pelo esclarecimento segundo o qual “/.../sempre que tentou escrever romances, como nos casos de *América* ou de *O Castelo*, Kafka não foi inteiramente bem sucedido” (*ib.*: 49). Temos assim que, na analítica coutiniana, a seleção kafkiana do gênero emerge como “/.../escolha imposta pelo próprio conteúdo da realidade representada, pela natureza dos pressupostos históricos, sociais e ideológicos de sua práxis criativa” (*ib.*: 48-49).

Desta feita, nos casos indicados, exemplos de uma fase inteira da produção do filósofo baiano, o modo de apreensão visa à captação dos fenômenos a partir do modo como os homens estabelecem suas relações materiais de vida e as problemáticas, por mais “espirituais” que possam parecer, encontram seu condicionamento e resolução no referido modo, o que sempre traz à baila problemas, no caso de temas mais diretamente nacionais, como a dependência, o atraso e a fragilidade de nosso capitalismo. A título de esclarecimento, vale destacar aqui que a realidade social não aparece nos argumentos do autor sob a forma de determinante mecânica, à qual as demais esferas seguiriam em movimento uniforme, mas sim enquanto condição de possibilidade de outras entificações e como momento mais importante de uma totalidade. Vejamos agora algumas das características e problemáticas presentes na fase posterior, norteadas por novos referenciais.

O declínio politicista

Antes de passarmos à análise do período subsequente do pensamento do autor em causa, devemos apontar um elemento de suma importância na obra do filósofo baiano, antecipação justificada pela presença de tal aspecto em ambos os momentos da produção: as insuficiências presentes em suas arguições, isto é, o autor não se preocupa em fundamentar as hipóteses que levanta, limitando-se a elencar séries de fatos históricos que comprovariam pela exemplificação a

conjectura interpretativa adotada. Somos apresentados à tese da via prussiana como o modelo de desenvolvimento capitalista seguido pelo país, a qual podemos sintetizar, abstraindo é claro as diversas peculiaridades apresentadas ao longo da intrincada defesa, como modo de transição constituído pelo afastamento das classes subalternas em relação aos processos decisórios do país, ausência perpetrada pela conjunção entre o “novo” e o “velho”, viabilizada e reforçada pela burocracia e pelo militarismo bonapartista, o que teria como conseqüências a separação entre os intelectuais e o povo nação, fragmentação e heterogeneidade sociais e seus nefastos corolários estéticos; no entanto, não há uma explicitação das conexões entre os diversos aspectos e elementos constituintes de tal arquitetônica conceitual. Como tentaremos evidenciar mais adiante, este formalismo, *latente* na fase lukacsiana, será desenvolvido por Coutinho no decorrer de sua produção em decorrência de seu modo particular (*politicista*) de analisar. Ainda neste sentido, o da carência de mediações conceituais, mas agora abstraindo graus de formalismo nas duas fases do pensamento em causa, nos parecem acertadas as considerações de Ricardo Rodrigues Alves de Lima que, apesar de refutar, para o âmbito geral da obra em tela, o caráter modelar do procedimento analítico coutiniano ⁶ em função da explicitação da situação da intelectualidade e da cultura em meio à referida forma de transição, assevera o seguinte:

Há sempre uma preocupação maior em mostrar os efeitos da via prussiana sobre os intelectuais e as classes sociais, em especial a difusão de uma concepção fatalista da história, do que aprofundar o papel das classes dominantes em cada período no desencadeamento de uma via conservadora de transformação social e mostrar como isto foi uma resposta às próprias tentativas de ação autônoma por parte dos subalternos. Este aspecto, no nosso entender, acabou por prejudicar a própria fundamentação feita por Carlos Nelson Coutinho da via brasileira como uma modalidade de via prussiana, apresentando esta ligação quase sempre de

⁶ A recusa do caráter geral do procedimento modelar em Coutinho é realizada mediante o seguinte argumento: “/.../há ao menos uma tentativa de fundamentação desta hipótese [via prussiana] a partir das determinações históricas da formação social brasileira, em especial aqueles que envolvem a camada dos intelectuais. Deste modo, será a partir da discussão realizada por Coutinho sobre os efeitos da via de desenvolvimento histórico seguida no Brasil sobre a intelectualidade e culturas que irá se delineando a via prussiana ‘à brasileira’” (Lima, 2003: 103 acréscimos nossos).

modo esquemático ou pouco aprofundado. Aponta que houve conciliações entre as novas e velhas classes dominantes, e, conseqüentemente, a marginalização das classes subalternas no controle do desenvolvimento social, no entanto, não vai muito além disto, o que pode por vezes desistoricizar o próprio conteúdo do conceito por ele utilizado, transformando-o em modelo. (Lima, 2003: 111)

Com respeito à “revolução passiva”, conceito adotado pelo Coutinho eurocomunista ou gramsciano, centrada nos aspectos “supra-estruturais”, a diagnose não é distinta:

/.../ apesar de assumir a validade do paradigma revolução passiva para o caso brasileiro, Coutinho nunca realizou de fato um aprofundamento desta hipótese a partir da confrontação com as determinantes históricas e sociais da formação econômico-social brasileira. (*ib.*: 116)

Insistindo nesta *utilização* dos referidos conceitos, mais algumas observações devem ser feitas. Existem certas imprecisões no percurso de sua defesa como qualificativos do caminho brasileiro ao capitalismo, uma das quais acreditamos constituir *reflexo* de problemáticas mais vultosas. Definindo o conceito de via prussiana em sua versão leniniana como noção centrada na adequação da estrutura agrária às necessidades do capital (Coutinho, 1980: 71), o autor, já em sua fase gramsciana, após demonstrar insatisfação com a mesma, ou, mais precisamente, com sua restrição, traz à baila o conceito “ampliado” de Lukács, cuja utilização abarcaria também os aspectos políticos do processo de transição ao capitalismo (*ib.*: 71-72). Não obstante, a primeira, presente em *O Significado de Lima Barreto na literatura brasileira*, onde Coutinho utiliza o conceito leniniano na análise da obra do romancista carioca (*ib.*: 3), se assemelha mais à via-prussiana “ampliada” de Lukács do que à “restrita” de Lenin, haja vista que em sua argumentação aspectos políticos, ideológicos e estéticos, tais como o fenômeno do Florianismo – entendido como “variante do caminho prussiano” (*id.*, 1974: 46) –, o da ausência de uma consciência democrático-popular (*ib.*: 3) e o da descontinuidade do realismo na literatura (*ib.*: 11-12), decorrem do modo particular de passagem à modernidade. Ou seja, o procedimento de “generalização” do

conceito leniniano efetuado explicitamente no ensaio de 1980 (*id.*, 1980: 71) data de período anterior, de 1974. Temos assim um indício de que Coutinho efetua uma argumentação imprecisa, permitindo-se, no decorrer de suas arguições, generalizações ou mesclas das duas gradações de via prussiana.

Outro problema similar reside no fato de se utilizar, ao longo das considerações contidas nos ensaios de 1974, 1977 e 1980, do conceito ampliado de Lukács e asseverar, no texto de 1992, em arrimo à tese da validade dos conceitos gramscianos à análise da realidade brasileira, que:

/.../na medida em que se concentra prioritariamente nos aspectos infra-estruturais do processo, o conceito de Lênin não é suficiente para compreender plenamente as características superestruturais que acompanham – e, em muitos casos, determinam – essa modalidade de transição. Portanto, não é por acaso que /.../ tentativas recentes de aplicar ao Brasil o conceito de “via prussiana” são quase sempre complementadas pela noção gramsciana de “revolução passiva”. (*id.*, 1992: 121)

Como é evidente na passagem acima, há uma desconsideração, ainda que não declarada pelo autor, de seu trabalho anterior com a noção lukacsiana, iniciado, como pudemos indicar, no ensaio sobre Lima Barreto⁷.

Esta última incongruência se refere, segundo nossas investigações, a um possível reflexo de uma tensão existente no pensamento em causa, atinente ao movimento ora em discussão, que vai do abandono de Lukács à assimilação de Gramsci por parte do filósofo baiano, trânsito ao qual retornaremos agora, após este necessário volteio.

Decerto, Gramsci, principal referencial da fase que se inicia ao final da década de 70, já era conhecido de Coutinho antes da redação de *A Democracia como valor universal*, no entanto, tratava-se à época de um conhecimento ou abordagem que primava pela captação de suas posições filosófico-culturais, o que fora ditado pela “divisão de trabalho” no interior do PCB e pela “natureza” da

⁷ Vale observar que não é outra a opinião de Ricardo Rodrigues Alves de Lima acerca da passagem citada: “/.../essa afirmação parece desconsiderar a própria utilização que da noção ampliada, com inspiração em Lukács, que fez no ensaio sobre Lima Barreto, por exemplo/.../” (Lima, *op. cit.*: 117).

ditadura em seu primeiro período⁸. Em seu retorno ao país, após exílio voluntário na Europa, Coutinho traz em sua bagagem um novo Gramsci, releitura inscrita em um movimento mais amplo, iniciado em meados da década de 70, cujo sentido era o do resgate das contribuições do pensador sardo no campo específico da política⁹. Tendo em vista o quadro geral da nova postura do filósofo baiano, podemos asseverar que a alteração central proveniente da utilização do Gramsci *político* consiste na adoção e utilização sistemática do conceito de “sociedade civil” próprio do pensador italiano, pois será arrimado nesta noção que Coutinho analisará os desdobramentos da história brasileira e elaborará sua propositura resolutiva, sendo que este último elemento estava praticamente ausente nos ensaios publicados até 1977, ainda que no ensaio publicado nesta última data resida a primeira aparição do referido conceito na obra coutiniana.

Após tematizar brevemente sua polêmica tese sobre o valor universal da democracia, Coutinho busca fundamentar na particularidade do caso brasileiro a validade da mesma, isto é, no “/.../caráter elitista e autoritário que assinalou toda a evolução política, econômica e cultural do Brasil, mesmo em seus breves períodos ‘democráticos’” (*id.*, 1980: 32). Retomando a idéia do caminho prussiano e suas conseqüências, conservação do atraso (latifúndio), “reprodução ampliada da dependência do país ao capitalismo internacional” e a “debilidade histórica da democracia” nacional, elementos constituintes de uma tradição que encontrou no

⁸ De acordo com Coutinho, em seu primeiro ciclo no país, iniciado na década de 60 e conduzido (entre outros) por jovens intelectuais do PCB, “/.../o Gramsci presente não é o agudo teórico da Estado ‘ampliado’ e da revolução socialista no, ‘ocidente’, nem mesmo o pesquisador de formas ‘não-clássicas’ de transição para a modernidade capitalista (a problemática da ‘revolução passiva’) mas sim o ‘filósofo da práxis’, o propositore de uma leitura humanista e historicista do marxismo, radicalmente diversa da vulgata soviética que até então nos fora imposta.” Tal corpus teórico constitui instrumento em “/.../uma batalha certamente antidogmática, mas que se pretende ainda centrada substancialmente nos terrenos da filosofia, da estética e da sociologia da cultura. Criava-se assim, talvez inconscientemente, uma tácita ‘divisão do trabalho’, cujos efeitos prejudicaram seriamente o êxito desse primeiro ciclo gramsciano no Brasil: os intelectuais comunistas podiam agir livremente no domínio da cultura, /.../ mas continuava a ser atribuição da direção do partido a tarefa de dar a última palavra nas questões especificamente políticas” (Coutinho, 1990: 2). Acerca da influencia da ditadura, diz o autor: “Esse caráter ‘filosófico-cultural’ do movimento renovador marxista foi favorecido não só pela supracitada ‘divisão do trabalho’ mas também pela própria natureza dessa primeira fase do regime militar: a ação da censura, embora presente em toda parte, em (sic) mais intensa no campo especificamente político do que no da filosofia ou da sociologia da cultura” (*ib.*: 2).

⁹ No novo ciclo, “/.../Gramsci já não foi apresentado apenas como filósofo mas sobretudo como o maior teórico marxista da política; neste sentido, sua obra era apontada como capaz de fornecer os fundamentos para uma concepção do socialismo adequada às necessidades do país moderno e ‘ocidental’ em que o Brasil dos anos 70 se havia convertido” (*ib.*: 5).

regime ditatorial então vigente sua expressão máxima, o filósofo baiano foca sua atenção na resolução da questão democrática enquanto condição de superação da via prussiana em *todas* as suas dimensões. Trata-se, para o autor, de empreender uma “/.../profunda *renovação democrática* do conjunto da vida brasileira”, movimento que deveria, além de “/.../realizar em condições novas as tarefas que a ausência de uma revolução democrático-burguesa deixou abertas /.../”, criar os “/.../pressupostos necessários para um avanço do Brasil no rumo do socialismo” (*ib.*: 33). De extrema importância é constatar que tal empreendimento resolutivo principia pelo âmbito político, consubstanciando um regime de democracia liberal cujos setores dominantes permaneceriam os mesmos (monopólios nacionais e internacionais), ainda que em um ordenamento menos despótico, conquista da qual dependeria o andamento da luta antimonopolista e antilatifundiária. Nas palavras do autor:

/.../a conquista de um regime de democracia política não é uma etapa no caminho do socialismo, a ser posteriormente abandonada em favor de tipos de dominação formalmente não-democráticos. É, antes, a criação de uma base, de um patamar mínimo que deve certamente ser aprofundado (tanto em sentido econômico quanto em sentido político), mas também *conservado* ao longo de todo o processo. (*ib.*: 34)

O referido aprofundamento, no que tange ao econômico, consistiria na “/.../extinção do que tem sido chamado de ‘capitalismo selvagem’/.../” enquanto “/.../pressuposto indispensável para integrar na sociedade nacional, na condição de sujeitos, imensas parcelas da população hoje reduzidas a uma situação subumana.” Isto é, trata-se da resolução da “questão nacional”, da integração de “/.../regiões e segmentos sociais /.../ no processo de modernização econômica e social.” É no bojo desta propositura que ganha destaque a luta pela reforma agrária, cujo interesse poderia “/.../obter o consenso da esmagadora maioria da população, incluindo até mesmo setores importantes do capital monopolista sediado no Brasil.” Além disso, a médio prazo, o autor propõe a implementação de medidas antimonopolistas, voltadas, sobretudo, contra os monopólios internacionais; a implementação de tal programa deveria ser conduzida de “baixo

para cima”, contrariando a tendência prussiana de nossa história, o que pressupõe “/.../amplo debate /.../” envolvendo “/.../todas as forças interessadas (partidos, sindicatos, associações profissionais, etc.)/.../” (*ib.*: 34-35 para todas as citações anteriores).

Já no que toca à política, o aprofundamento refere-se, essencialmente, à socialização da mesma, entendida como “/.../a ampla incorporação organizada das grandes massas à vida política nacional/.../”, o que, nas palavras do filósofo, corresponde à continuação de um processo já em curso:

Embora duramente reprimida, a sociedade civil brasileira – impulsionada indiretamente pelo processo de modernização conservadora e de diferenciação social e cultural favorecido pela nossa última “revolução pelo alto” – cresceu e se tornou mais complexa nos últimos 16 anos. Multiplicaram-se, sobretudo nos últimos tempos, organismos de democracia direta, sujeitos políticos coletivos de novo tipo (comissões de empresa, associações de moradores, comunidades religiosas de base, etc.); ganharam também autonomia e representatividade /.../ antigos organismos de massa, como alguns dos principais sindicatos do país, ou poderosos aparelhos privados de hegemonia, como o OAB, a CNBB, a ABI, etc.; finalmente, assistimos à irrupção de importantes movimentos setoriais contra opressões específicas (em particular o movimento feminista), ou em defesa da ecologia e da qualidade de vida /.../. (*ib.*: 35-36)

Tal rede de organizações, autônomas em relação ao estado, deveria se articular com os parlamentos, de modo a fazer com que estes expressem o pluralismo efetivo da sociedade civil; o parlamento guardaria ainda a posição de *locus* da síntese das diversas organizações, cujos agentes seriam os partidos de massa, estes servindo de “/.../mediação entre os organismos de base e os institutos legislativos e executivos” (*ib.*: 39). Para o autor, esta articulação afastaria tanto o perigo da mera representação de indivíduos atomizados quanto o da corporativização das lutas setoriais. Desse modo,

/.../à medida que se for construindo em nosso país uma democracia de massas, o parlamento – *com poderes ampliados* – poderá funcionar como um instrumento unitário que corporifique (no quadro do respeito ao pluralismo e à alternância de

poder) a progressiva hegemonia das classes trabalhadoras na vida política brasileira. (*ib.*: 39)

Sintetizando sua proposta resolutiva ao quadro nacional, Coutinho evidencia da seguinte maneira a seqüência das tarefas a serem realizadas:

Em primeiro lugar, trata-se de conquistar e depois consolidar um regime de liberdades fundamentais, para o que se torna necessária uma unidade com todas as forças interessadas nessa conquista e na permanência das “regras do jogo” a serem implantadas por uma Assembléia Constituinte dotada de legitimidade. E, em segundo, trata-se de construir as alianças necessárias para aprofundar a democracia no sentido de uma democracia organizada de massas, com crescente participação popular; e, nesse nível, a busca da unidade terá como meta a conquista do consenso necessário para empreender medidas de caráter antilatifundiário e antimonopolista e, numa etapa posterior, para a construção em nosso país de uma sociedade socialista fundada na democracia política. (*ib.*: 41)

Temos assim o perfilar de uma proposta cuja *conditio sine qua non* reside na conquista de um regime liberal democrático, a partir da qual são pensadas as reformas de caráter sócio-econômico; movimento a ser realizado através da estratégia da “guerra de posição”, da conquista de posições no seio da sociedade civil, o que evitaria os perigos do “golpismo”¹⁰.

Na explicitação do perfil analítico de Carlos Nelson Coutinho, é de extrema importância assinalar a existência de mediações entre o diagnóstico inicial de nossa realidade e suas variações na fase posterior – juntamente com as proposituras resolutivas –; ou seja, devemos constatar as alterações no processo de desenvolvimento e exposição de seu pensamento, referentes às aquisições de conceitos e propostas de Gramsci e de teses eurocomunistas, tarefa à qual nos dedicaremos agora.

¹⁰ Segundo Coutinho, o golpismo equivale a uma postura que “/.../não faz senão repetir, com sinal trocado, os procedimentos elitistas que caracterizam a ‘via prussiana’” (*id.*, 1980.: 37). Isto é, trata-se de uma “concepção da tomada do poder” e “modo de fazer política” nos quais a direção age de modo isolado em relação às massas, onde não existem discussões nas quais estas poderiam fazer valer seu peso.

No capítulo subsequente do livro de 1980, sugestivamente denominado *Gramsci e Nós*, Coutinho, retomando a definição de sociedade civil ¹¹ enquanto “esfera da ideologia”, que faz a “/.../mediação necessária entre a base econômica e o estado em sentido estrito [aparelhos de coerção estatal]”, traz à baila a distinção entre oriente e ocidente com base no desenvolvimento daquela:

Nas formações sociais onde não se desenvolveu uma sociedade civil forte e articulada, onde a esfera da ideologia se manteve umbilicalmente ligada aos aparelhos burocráticos da “sociedade política”, a luta de classes se trava predominantemente em torno da manutenção do Estado em sentido estrito; é o que ocorre nas sociedades que Gramsci chama de “orientais”. No caso inverso, nas sociedades ‘ocidentais’, as batalhas devem ser travadas inicialmente no âmbito da sociedade civil, visando à direção político-ideológica e à conquista do consenso dos setores majoritários da população. (*ib.*: 55)

Neste último caso,

/.../o centro da luta está na “guerra de posições”, na conquista paulatina de espaços *no seio e através* da sociedade civil. (*ib.*: 55)

Desta feita, dependerá do caráter da formação nacional (oriental ou ocidental) a estratégia a ser adotada; e aqui o diagnóstico apresenta uma diferença essencial em relação ao apresentado nos textos anteriores (1967 e 1974). Apesar de apresentar elementos de atraso (latifúndio e dependência ao imperialismo), tal como nos ensaios anteriores, a sociedade visualizada por Coutinho em 1980 seria já “ocidental”. No dizer do autor,

Tanto do ponto de vista econômico quanto do ponto de vista político e social, estamos mais próximos de um país ocidental de desenvolvimento capitalista

¹¹ Cabe advertir que aqui o autor não se refere à noção marxiana de sociedade civil – atinente às “relações materiais de vida” (Marx, 1974: 135) – mas à gramsciana: fala da “trama privada a que Gramsci se refere /.../ de ‘aparelhos privados de hegemonia’.” Ou ainda, dos “/.../ organismos de participação política aos quais se adere voluntariamente (e, por isso, ‘privados’) e que não se caracterizam pelo uso da repressão” (*Id.*, 1980: 125).

“médio” (a Itália de 1945, a Espanha de hoje), do que da Rússia de antes de 1917 ou da China de antes de 1949. (*ib.*: 57)

Para o filósofo baiano, ao viabilizar as condições do “capitalismo monopolista de estado” no país, ainda que a serviço dos setores monopolistas e multinacionais, o regime ditatorial implantado em 64 “/.../foi obrigado a conviver com a crescente luta da sociedade civil para emancipar-se da tutela do Estado e, conseqüentemente, com a pressão dela no sentido de uma reordenação democrática da vida brasileira”. Ou seja, na visão de Coutinho, ainda que jugulada, a sociedade civil brasileira desenvolveu certo potencial sob a ditadura, o que constitui pressuposto na “/.../superação definitiva do modo ‘elitista’ e ‘marginalizador’ de se fazer política no Brasil”. Teríamos assim, uma situação na qual a elevação do peso da sociedade civil é a tarefa do dia, onde as forças democráticas devem lutar pela hegemonia em seu seio; a conquista desta posição é entendida como “/.../base para a formação de um novo regime político, centrado prioritariamente no consenso/.../”, luta cujo sentido deve ser o da “guerra de posições” teorizada por Gramsci (*ib.*: 59 para todas as citações anteriores).

O mapeamento das fontes originárias do pensamento de Coutinho ganha maior concretude quando atentamos para o entusiasmo manifesto pela idéia, que vai buscar nos pensadores italianos, “/.../de um ‘período de transição’ entre a queda do fascismo e a revolução socialista” (*ib.*: 59). Se a noção de “democracia de massas”, utilizada para o caso brasileiro, é declaradamente inspirada em Pietro Ingrao (*ib.*: 29), um conceito análogo e seu formulador vêm à tona quando assevera que:

É certo que Gramsci não tinha ainda dessa “fase intermediária” a visão ampla e articulada que Togliatti formularia, a partir de 1944, em sua concepção da “democracia progressiva”, de um estado republicano que – conservando todas as liberdades formais – garanta ao mesmo tempo o aprofundamento permanente da democracia em sentido político, econômico, social. (*ib.*: 60)

Diante do que foi exposto até aqui, devemos atentar para dois aspectos na argumentação coutiniana: em primeiro lugar, fica evidente que o autor não

considera o atraso que afirma permanecer na estrutura nacional como empecilho à luta pela democracia no país, visto que sua atenção está focada no desenvolvimento da sociedade civil – e no desenvolvimento econômico que lhe serviu de base –, âmbito privilegiado da luta que propõe; na leitura que faz do pensador italiano (a qual parece adotar),

/.../é na esfera político-ideológica (que Gramsci considera a esfera da liberdade, em contraste com o determinismo que reinaria no mundo da economia) que se trava, em última instância, a batalha decisiva entre o proletariado e a burguesia, entre o socialismo e o capitalismo. (*ib.*: 48)

Ou seja, ao invés de apontar as formas e agentes da superação de nosso atraso na estrutura de classes engendrada pela via particular seguida no país, Coutinho os visualiza naquilo que chama de “esfera político-ideológica”, no conjunto das organizações autônomas da sociedade; no tocante à primeira possibilidade, o máximo que podemos encontrar nos textos analisados é o descarte da revolução imediata em função do suposto ingresso do país no estágio do “capitalismo monopolista de estado”¹². Os elementos implícitos nesta defesa da renovação democrática, desconsideração do atraso como empecilho à edificação da democracia no país e fundamentação de seus agentes no solo *homogêneo* da sociedade civil, resultam em uma supressão da contradição capital/trabalho. Ainda que afirme um papel de destaque aos partidos da classe operária na síntese dos diversos sujeitos políticos coletivos, papel que garantiria a hegemonia dos trabalhadores “/.../sobre o governo da sociedade como um todo” (*ib.*: 29), Coutinho acaba por atribuir, no plano geral, o mesmo peso aos distintos agentes da sociedade civil, o que o leva a efetuar o cancelamento da contradição entre as classes.

¹² De acordo com Coutinho, “Ao contrário do que se poderia supor, o ingresso do Brasil na etapa do CME não justifica a adoção de uma linha fundada na conquista imediata e súbita do socialismo. Motivos econômicos (a possibilidade de dispor de um setor estatal desenvolvido antes da conquista completa do poder) e razões sociais (a criação de uma sociedade civil mais complexa e mais pluralista) impõe às forças de esquerda, num país que já alcançou o CME, a adoção de uma estratégia democrática (não golpista) de transição para o socialismo.” (*id.*, 1980.: 117)

Em segundo lugar, devemos observar que a argumentação coutiniana é perpassada e arrimada por *analogias*, descartando uma análise mais profunda do desenvolvimento sócio-econômico aludido na comparação com a Itália de 1945 e a Espanha de então; procedimento evidente no caso da adoção da tese do “período de transição” que, independente de sua correção, pautava-se no diagnóstico da Itália fascista. Tal recurso parece tomar por base a própria via de entificação do capitalismo; ao defender a tese do caminho prussiano no país, Coutinho se vê livre para referenciar as possibilidades existentes no Brasil aos casos italiano, japonês, espanhol e alemão. Discorrendo acerca da “guerra de posição” como solução ao quadro nacional, assevera que,

Levando em conta nosso “atraso”, isso [a proposta da guerra de posições] pode parecer a alguns um projeto de transição utópico, idealista. Mas seria o caso de lembrar que a Itália, o país das “revoluções passivas”, do fascismo, construiu depois da libertação uma poderosa democracia de massa, com ampla e crescente participação popular. (*ib.*: 59 acréscimo nosso)

Para evidenciar a mesma postura em um texto mais recente (1998), devemos lembrar que, ao refutar a noção de Florestan Fernandes acerca do caráter essencialmente autocrático da burguesia nacional, Coutinho defende a idéia de que

Uma análise empírica constata que o recurso a formas “não clássicas” de revolução burguesa não impede que o país que as adotou conheça, em determinadas etapas de sua história, estruturas políticas liberal-democráticas; basta recordar aqui os casos do Japão, da Alemanha, da Itália ou da Espanha. (*id.*, 2000: 262)

Além de denotar a postura aludida, o trecho citado, exatamente em função desta, opera uma *equalização* dos conceitos de “via não-clássica” e “via prussiana”, descartando a possibilidade da existência de outras vias de entificação do capitalismo, ainda que no mesmo texto o autor evidencie estar cômico da tese

chasiniana da “via colonial”¹³. Tais elementos, desconsideração da situação sócio-econômica e concentração no âmbito político, delineiam uma análise politicista, ou seja, um procedimento que prima por “/.../tomar e compreender a totalidade do real exclusivamente pela sua dimensão política /.../” (Chasin, *op. cit.*: 123). Ato que desemboca, neste caso particular, na recorrência a analogias, substituta infeliz de uma análise e compreensão mais aprofundadas da “/.../anatomia do social, isto é, do alicerce econômico” (*ib.*: 8).

Como pudemos observar, entre o diagnóstico inicial de nossa realidade nacional e as variações do mesmo no decorrer das análises coutinianas, com suas propostas de resolução coetâneas, há uma série de mediações, gestadas exatamente pela mudança de referenciais analíticos. Em suma, a transição de Lukács a Gramsci realizada por Coutinho reforça o movimento de formalização de seu discurso; de carência de concretude nos ensaios onde tematiza a realidade brasileira publicados até 1974, converte-se em mudança de foco em *A democracia como valor universal*, para, em *Gramsci um estudo sobre seu pensamento político* e obras posteriores, transformar-se em minimização do peso específico de problemas de caráter imediatamente econômico, como a reforma agrária defendida no livro de 1980.

Ainda no tocante à proposta resolutiva apresentada pelo filósofo baiano, devemos, a fim de explicitar a mudança de referenciais, apresentar sua *posição inicial* sobre a viabilidade de uma frente única e a identificação que faz do caráter da burguesia nacional. Discorrendo acerca da visão de mundo subjacente à obra de Graciliano Ramos, Coutinho afirma que a mesma constitui

/.../o máximo de consciência possível do povo brasileiro, isto é, do conjunto de classes sociais que se opõe à nossa realidade semicolonial e que lutam pelo desenvolvimento independente – nacionalista e democrático – de nosso país /.../.
(Coutinho, 1967: 183)

A composição de tal conjunto, na visão do autor, análogo ao terceiro estado europeu (*ib.*:184), iria “/.../do nascente proletariado aos setores mais radicais da

¹³ Sobre a “via colonial de entificação do capitalismo”, ver CHASIN, José. “A MISÉRIA BRASILEIRA: 1964 – 1994: Do golpe militar à crise social”. Santo André, AD Hominem, 2000. p. 490.

burguesia, passando pelo campesinato e pelas classes médias progressistas/.../” (ib.:189). Não obstante tratar-se aqui de uma *identificação* e não de uma *proposição*, parece-nos de suma importância constatar que Coutinho aponta para a *dissolução necessária* de tal conjunto, entendido como base de uma ideologia politicamente utópica. Ao considerar tal ideologia análoga à de Rousseau e dos revolucionários jacobinos franceses, Coutinho pondera que, assim como

A burguesia repudiou a ideologia democrática do rousseuanismo-robepierrista (que se pense na reação termidoriana) e o proletariado, em sua evolução, superou-a dialeticamente (basta lembrar Babeuf e a Conjuração dos iguais) /.../. Também a realidade brasileira, em sua evolução, haverá de demonstrar a contradição implícita na aliança das forças antiimperialistas e democráticas/.../. (ib.: 185)

Temos, portanto, uma identificação distinta das possibilidades de uma aliança contra os elementos de atraso em nosso país, uma diferença cuja origem nos parece residir no abandono da análise de cunho lukacsiano e na concentração no âmbito estritamente político por parte do filósofo baiano.

Quanto à burguesia nacional, desde sua fase lukacsiana, Coutinho a considerava como sendo portadora de um *potencial*¹⁴ revolucionário. Ainda quando assevera que a mesma

/.../se ligou organicamente à mesquinhez da sociedade semifeudal e que renunciou, talvez definitivamente, aos princípios democráticos e humanistas do seu período de ascensão revolucionária nos países hoje desenvolvidos/.../ (ib.: 156)

O autor afirma que

/.../apesar de seu desenvolvimento contraditório e conciliador, a burguesia do ‘terceiro mundo’ ainda é uma força do progresso social, sua ideologia – quando

¹⁴ Adotamos o presente termo em virtude de reflexões como a que segue: “As esperanças de renovação democrática da sociedade eram violentamente cortadas; a ausência de uma classe social efetivamente (e não apenas potencialmente) revolucionária condenava os que pretendiam lutar por uma nova comunidade à solidão e à incompreensão” (id.,1967: 140). Isto é, a afirmação da burguesia enquanto força do progresso social no Brasil não coabita, salvo no caso da ideologia isebiana, com a sua efetivação, com a sua conversão em ato.

não se limitar a um pálido liberalismo conciliador – representa uma poderosa arma de mobilização popular na luta contra as formas semifeudais e imperialistas da reação. No Brasil, foi este o caso, por exemplo, da ideologia isebiana em suas formulações mais radicais/.../. (*ib.*: 21-22)

Temos aqui, como elemento possivelmente tributário da adesão de Coutinho a algumas das concepções dominantes na agremiação política pecebista, um dos elementos fundamentais de continuidade entre as duas fases de sua obra, a crença no *potencial* revolucionário da burguesia nacional.

Como já foi aludido anteriormente, o privilegiamento do âmbito político terá por consequência a intensificação do formalismo no discurso coutiniano, em função mesmo de não basear na estrutura de classes sua proposta resolutiva, mas sim na ativação da sociedade civil; o autor baiano passa a tratar essencialmente da relação entre estado e sociedade civil, com base em conceitos como “oriente”, “ocidente”, “transformismo”, etc., subsumindo aos mesmos, na qualidade de dados empíricos, os diversos momentos de nossa história. A abstratividade de tais conceitos, especialmente o de “ocidente”, não nos permite saber quais as efetivas alterações na estrutura de classes estão implicadas na ocidentalização, tese em função da qual são realizadas as escassas discussões de caráter econômico, com o que somos privados de uma análise do sentido imanente da formação nacional.

No livro sobre Gramsci (1992), sobretudo no cap. 9, Coutinho limita-se a defender a aplicabilidade dos conceitos do pensador italiano à realidade brasileira, momento no qual elenca os dados em função dos conceitos adotados, a exemplo do que já ocorrera no livro de 1980, com a agravante de minimizar os problemas do latifúndio e da dependência ao imperialismo, reduzidos que ficam à mera alusão ao atraso resultante da via conservadora ¹⁵. À exceção dos ensaios sobre Caio Prado Jr (1988), onde chega mesmo a avançar na determinação da distinção

¹⁵ O trecho a seguir denota a postura geral do autor no tocante ao desenvolvimento econômico como base à ocidentalização e ao problema do atraso: “Pondo em prática uma política econômica fortemente modernizadora, a ditadura promoveu um espetacular desenvolvimento das forças produtivas: sob a égide de uma ‘revolução-restauração’, o Brasil ingressou na fase do capitalismo monopolista de estado. E essa modernização, mesmo sendo ‘conservadora’ – na medida em que manteve e aprofundou a dependência ao imperialismo, as disparidades regionais e a distribuição de renda –, consolidou de modo irreversível os pressupostos objetivos da ‘ocidentalização’ da sociedade brasileira” (*id.*, 1992: 134).

do caso brasileiro em relação aos casos de via prussiana ¹⁶, e Florestan Fernandes (1998) – nos quais discute questões estruturais de nossa formação nacional, ainda que minimizando a importância dos pressupostos da democracia em prol de seus elementos especificamente políticos, no primeiro, e superestimando as resultantes constitucionais do embate entre o “projeto” e o “processo” de abertura, no segundo –, nos trabalhos subseqüentes do filósofo baiano os problemas de caráter econômico passam a ser meramente aludidos nas reformas estruturais implícitas na estratégia do “reformismo revolucionário” (*id.*, *Democracia e socialismo*, 1992: 36-46), ganhando fôlego, ao contrário, problemáticas como a dos modelos de estruturação do poder e de representação dos interesses (*ib.*: 55-63), ou a da articulação entre pluralismo e hegemonia (*ib.*: 28-36). Em suma, ao constatar que o país é “plenamente capitalista” (*id.*, 2000: 240), ou, em uma formulação mais abrangente e reveladora, “/.../se o latifúndio pré-capitalista e a dependência em face do imperialismo não se revelaram obstáculos insuperáveis ao completo desenvolvimento capitalista do país” (*id.*, 1992: 121), Coutinho se concentra na teorização do aperfeiçoamento da esfera política.

De acordo com a leitura dos textos, tal postura se mostra como reflexo de um dado entendimento do socialismo e da forma como alcançá-lo ¹⁷; segundo o autor:

O socialismo continua a gerar interesses e opiniões divergentes sobre inúmeras questões concretas; e isso porque – ao contrário do que afirma a concepção stalinista – o processo de extinção das classes faz certamente com que a sociedade *tenda* à unidade, mas não significa de modo algum a sua completa homogeneização. E, dado que mesmo essa unidade tendencial é uma unidade na diversidade, é fundamental que tais interesses divergentes encontrem uma forma de representação política adequada. (*id.*, 1980: 24)

¹⁶ Referimo-nos aqui à percepção de que no Brasil o capitalismo não foi precedido pelo feudalismo e à distinta seqüência cronológica atribuída ao país no tocante à questão da unificação nacional e da modernização agrária em relação aos casos alemão e italiano. O primeiro aspecto constitui caso particular, haja vista as afirmações, no período anterior, da existência de feudalismo ou de aspectos semifeudais no país (*id.*, 1967: 21, 140, 141, 155, 156, 172 e 189).

¹⁷ Não nos propomos aqui a analisar a tese da democracia como valor universal, mas apenas alguns de seus aspectos, aqueles diretamente relacionados à defesa da perfectibilização da política e sua validade no socialismo, de modo que a análise das bases da teoria em causa nos escapa no espaço deste artigo.

Esteja o autor falando da situação efetiva do leste europeu ou de um hipotético ordenamento socialista – embora tenda à primeira, a argumentação do autor não é clara acerca da diferença entre as duas situações, exceto pelo crivo da efetivação da democracia no segundo –, o fato essencial refere-se à necessidade da representação política também após a extinção do modo de produção capitalista, dada a afirmação da perenidade das divergências entre os indivíduos. No que tange à forma de superação do capitalismo e instauração do socialismo, temos a defesa da conquista e aprofundamento da democracia, entendido como a maturação de embriões de institutos políticos existentes, a criação de novos e “/.../a mudança de função de alguns velhos institutos liberais” (*ib.*: 25). Entendendo desta forma a tese da extinção do estado (enquanto metáfora), Coutinho apenas exemplifica o último elemento – mediante alusão à mudança de função do sufrágio na comuna de Paris percebida por Marx –, concentrando sua argumentação no primeiro aspecto: ao apontar nos “/.../partidos de massa, sindicatos, associações profissionais, comitês de empresa e de bairro, etc./.../” (*ib.*: 25), os novos institutos políticos, assevera que o desenvolvimento dos mesmos, enquanto socialização da política, acompanha a socialização da produção que, ao se expandir, aglutina pessoas e interesses, possibilitando ainda a auto-organização através da diminuição da jornada de trabalho.

Haveria, portanto, uma “circularidade dialética” entre os processos de socialização da política e da produção; no dizer do autor, “foi por terem se organizado que as massas trabalhadoras obtiveram uma redução efetiva da jornada de trabalho; e, na medida em que a obtiveram, foram capazes de levar adiante o próprio processo de auto-organização” (*ib.*: 26). Este movimento de socialização, tal como o das forças produtivas, que implica na socialização dos meios de produção (“fim da alienação econômica”), traria a necessidade da “/.../progressiva socialização dos meios de governar” (*ib.*: 27). Entendendo tal processo como uma “reapropriação” do estado pela sociedade ou como fim da “alienação política”, Coutinho pondera que,

/.../com o atual nível de complexidade social, essa reapropriação só se tornará possível por meio de uma articulação entre os organismos populares de democracia de base e os mecanismos “tradicionais” de representação indireta (como os parlamentos). (*ib.*: 28)

Como podemos observar, trata-se da mesma proposta presente em outros momentos de sua argumentação, aquela que, servindo como resolução ao quadro prussiano de nosso país, também o conduziria gradualmente ao socialismo. Desta feita, tanto a proposta de transição quanto o conteúdo do socialismo projetado por Coutinho possuem uma natureza essencialmente política, a primeira perfaz um movimento de reapropriação de *forças políticas* – e não *sociais*¹⁸ –, o que talvez explique a postura de analisar o todo a partir da esfera política.

Acreditamos que esta natureza política do socialismo proposto deva muito a dois elementos específicos presentes no pensamento coutiniano, o seu modo particular de recusa ao stalinismo e de apreensão da obra de Marx. Em seu *Literatura e humanismo* (1967), o então lukacsiano Coutinho pinta o stalinismo como um regime “/.../que mantinha do socialismo quando muito apenas os seus fundamentos econômicos/.../”, como “contrafação totalitária e burocrática” ao “/.../socialismo humanista, que visa ao estabelecimento de uma autêntica comunidade humana democrática” (*id.*, 1967: 228). Podemos perceber, na obra referida, a definição do stalinismo como antítese das tendências ao “socialismo humanista”, referentes às “/.../formas populares de democracia /.../ vigentes no período leninista”, formas depois suprimidas “em nome da unanimidade totalitária” (*ib.*: 240). Ou seja, ao refutar o stalinismo pela sua falta de democracia, de

¹⁸ O caráter político do socialismo proposto fica evidente quando o autor afirma que “A pluralidade de sujeitos políticos, a autonomia dos movimentos de massa e dos organismos da sociedade civil em relação ao Estado, a liberdade de organização, a legitimação da hegemonia através da obtenção permanente do consenso majoritário: todas essas conquistas democráticas, tanto as que nasceram com a sociedade burguesa quanto as que resultam das lutas populares no interior do capitalismo, continuam a ter pleno valor numa sociedade socialista” (*id.*, 1980: 24). Ou seja, se lembrarmos que para o autor sociedade civil refere-se ao conjunto das organizações autônomas da sociedade, somos levados a crer que no socialismo haveriam sindicatos, partidos, associações profissionais, etc., o que pressupõe a permanência da cisão entre vida pública e vida privada. Cabe registrar que esta é defendida de modo explícito em entrevista recente: “Devemos herdar do liberalismo a divisão entre público e privado. No socialismo, mesmo com um poder já inteiramente democratizado, deve haver uma limitação do poder da comunidade, que deve respeitar os limites da autonomia individual naquilo que não disser respeito ao interesse comum. Deve existir um espaço privado que o coletivo não poderá violar” (*id.*, Entrevista concedida a Emiliano José e José Corrêa Leite, 2002).

participação das massas na história, o filósofo baiano define o verdadeiro socialismo como detentor de um caráter democrático, o que talvez decorra da excessiva aproximação entre marxismo e humanismo burguês realizada pelo autor. Em sua visão, o primeiro “empresta um conteúdo e uma realidade concretos” aos grandes conceitos do segundo; ao propor a supressão da “propriedade privada dos meios de produção” e da “rígida divisão do trabalho”, o marxismo transportaria a crítica do plano ideológico para o material, retirando o caráter utópico dos ideais de “comunidade democrática” e de “Citoyen (do indivíduo que supera a solidão ao unir em si a vida pública e a vida privada)” (*ib.*: 20). Ao não captar a novidade da posição de Marx (diluído em meio à noção de marxismo) acerca da politicidade, a saber, a identificação de que a mesma não constitui um predicado intrínseco ao ser social, nem se valer de tal posição em sua crítica ao stalinismo, Coutinho não especifica, salvo referências a “formas populares de democracia” (*ib.*: 240), como seria possível, no que se refere à politicidade, a entificação do “homem total”. Ou seja, desde sua fase lukacsiana, o autor trabalha no âmbito da “determinação ontopositiva da politicidade”, isto é, na crença de que a mesma constitui um atributo eterno do homem, elemento cuja perfectibilização corresponderia à deste último ¹⁹. Acreditamos que é a maturação desta posição – no sentido de que no referido livro o autor ainda se refira à cisão entre vida pública e vida privada como uma “alienação”, superável na objetivação do socialismo (*ib.*: 238) – que conduz o pensamento coutiniano à configuração específica a que nos referimos anteriormente. Deste modo, não é casual que considere sua proposta como uma sorte de *meio termo* entre “liberalismo” e “totalitarismo”. ²⁰

¹⁹ Acerca da posição de Marx e da determinação ontopositiva da politicidade, cf. CHASIN, José. “Marx – a determinação ontonegativa da politicidade” In: *Revista Ensaios Ad hominem1 – TomoIII : Política*, Santo André, Ad Hominem, 2000. E também *id.* “Marx – estatuto ontológico e resolução metodológica” In: Teixeira, F. J. S. *Pensando com Marx: uma leitura crítico-comentada de o capital*. São Paulo, Ensaio, 1995.

²⁰ É o que podemos concluir da seguinte asserção: “Se o liberalismo afirma teoricamente o pluralismo e mistifica/oculta a hegemonia, se o totalitarismo absolutiza a dominação e reprime o pluralismo, a democracia de massas funda sua especificidade na articulação do pluralismo com a hegemonia, na luta pela unidade na diversidade dos sujeitos políticos coletivos autônomos” (*id.*, 1980: 31). Em meio às concepções de Coutinho é possível constatar a existência de uma espécie de tabela classificatória, elemento indicativo de uma análise formalista, composta pelos seguintes modelos, todos definidos em relação aos elementos constituintes da democracia: “Liberal-corporativo”, onde a auto-organização da sociedade civil é orientada para a defesa de interesses puramente corporativos, situação da democracia norte-americana (*id.*, Democracia e socialismo,

As causas da ruptura:

Atinemos agora para a razão da transição em causa – Lukács/Gramsci –, cuja exposição explicitará o mesmo caráter da resultante, a saber, o privilegiamento do âmbito político. Ao trazer à baila o pensador italiano no livro de 1980, Coutinho começa a fornecer elementos da motivação subjacente; discorrendo sobre o conceito gramsciano de “catarse”, referente ao momento da “/.../passagem da consciência corporativa (ou particularista) para a consciência nacional-popular (universalizante) de classe”, o que a constitui enquanto “/.../categoria não apenas da estética ou da política, mas da práxis social em geral”, assevera que:

/.../ o conceito gramsciano poderia ser integrado na ontologia do ser social de Lukács, preenchendo uma de suas lacunas básicas: a ausência de um tratamento específico da práxis política enquanto mediação entre a reprodução material da vida social e as esferas mais individualizadas (criação artística, comportamento ético) da superestrutura. (*id.*, 1980: 49)

Já no livro de 1992, curiosamente, a afirmação da validade de um conteúdo da obra gramsciana se faz na seqüência de uma crítica ao idealismo de seu autor. De acordo com Coutinho, o pensador sardo nega a possibilidade de um dado tipo de conhecimento, a ciência, entendida como apropriação desantropomorfizadora do real, o que ocorreria em função da suposição da impossibilidade da separação

1992:56-58); “Democracia de Massas”, onde a proliferação dos movimentos de base, a atuação de sindicatos fortes e a mediação de partidos consistentes, garantem a participação ativa das massas na vida política, modelo que prevaleceu durante muito tempo na Europa (*ib.*: 56-59); “Autoritário”, onde a democracia é débil, prevalecendo a figura de um estado forte, como no caso do Brasil de então (*id.*, 1980: 32-34); “Totalitário”, regime coercitivo, mas com “bases de massa organizadas”, situação dos regimes nazi-fascistas (*id.*, Gramsci um estudo sobre seu pensamento político, 1992: 133), sendo que o autor também faz referências ao stalinismo (*id.*, 1967: 228 e 240). Deve-se registrar ainda que, de acordo com Coutinho, a ausência de bases de massa, ou melhor, de hegemonia, por parte da ditadura no caso brasileiro foi suprida pela efetivação de duas modalidades de “transformismo”, a cooptação “molecular” e a de “grupos”, esta última consubstanciada pelo chamado populismo, forma de “legitimação carismática” iniciada entre 1937 e 1945 e que se desenvolveu no regime liberal-democrático de 1945-1964 (*id.*, Gramsci um estudo sobre seu pensamento político, 1992: 125-136).

entre o conhecimento objetivo e as intenções humanas; no dizer do filósofo baiano:

Afirmado corretamente a indissolúvel vinculação entre conhecimento e práxis, o necessário condicionamento histórico de todo conhecimento, essa corrente [chamada “historicista”, da qual Gramsci faria parte] termina por identificar conhecimento em geral com ideologia, negando a possibilidade de uma representação objetiva (científica) do real: se o homem faz parte do processo objetivo da realidade social, todo conhecimento acerca desse real – pensa tal corrente – será necessariamente ideológico, ou seja, refletirá não tanto algo que exista fora da consciência e da vontade do sujeito que conhece, mas sim as aspirações e os projetos do sujeito que atua. (*id.*, 1992: 60 acréscimo nosso)

Para Coutinho, na base de tal equívoco (por parte da corrente historicista) está uma problemática concepção de objetividade; segundo o autor, “/.../afirmar a existência de uma realidade objetiva independente do sujeito *que conhece*, é para ele [Gramsci], uma manifestação de materialismo vulgar, de mecanicismo, até de misticismo” (*ib.*: 61 acréscimo nosso). Isto é, estaria delineada uma indistinção entre sujeito e objeto, ou, nas palavras do autor, “/.../Gramsci não distingue entre o conceito de objetivação social /.../ e o conceito de objetividade em geral /.../” (*ib.*: 62). Tais limites na concepção filosófica de Gramsci decorreriam da concentração no “ponto focal político”, o que o teria impedido de realizar uma distinção sistemática das duas formas essenciais de práxis, o trabalho e a que Coutinho denomina práxis “interativa”, atinente à “*ação sobre outros homens*”, modalidades às quais se ligariam, respectivamente, “/.../duas formas de consciência, a ‘desantropomorfizadora’ (ou científica) e a ‘antropocêntrica’ (ou ideológica)” (*ib.*: 63). Desta forma, ao trabalho corresponderia o tipo de conhecimento específico da ciência, já a “*ação sobre os outros homens*” implicaria na necessidade da “ideologia”, entendida como conjunto de normas ou valores norteadores da ação. Apesar de creditar a Lukács a sistemática distinção das formas de práxis, Coutinho ressalva que “/.../ele não explicitou de modo sistemático a ineludível conclusão de que o segundo tipo de práxis [interação] /.../ implica uma modalidade de conhecimento diversa daquela que tem lugar no trabalho” (*ib.*: 63-64 acréscimo

nosso). A especificidade de tal tipo de conhecimento residiria em seu caráter “ideológico”; além de conhecer as motivações da ação humana, a ação interativa teria como requisito uma consciência de “tipo axiológico”:

/.../os conteúdos de consciência que utilizo neste tipo de ação [interativa] não têm eficácia apenas (e talvez nem mesmo sobretudo) enquanto reproduzem o real, enquanto são ciência; o que importa é que eles devem ser também *normas* ou *valores*. (*ib.*: 64 acréscimo nosso)

Se Gramsci fora condenado em função da indistinção entre objetividade (âmbito da ciência) e objetivação (campo cujas formas desenvolvidas careceriam da ideologia), agora, e é este o ponto a destacar, é requisitado precisamente em função da intersecção entre as respectivas formas de conhecimento neste tipo de práxis. Nas palavras do autor,

/.../a práxis interativa (que, retomando a dimensão grega da palavra, também poderíamos chamar de ‘política’) mobiliza não só uma bagagem de conhecimentos mais ou menos científicos sobre a natureza e os determinantes da ação, mas também um conjunto de normas ou valores capazes de dirigir essa ação no sentido dos objetivos visados. Portanto, no âmbito desse tipo de práxis, há um nível em que ciência e ideologia efetivamente se confundem.

Raciocínio diante do qual

/.../afirmar [como o faz Gramsci] que, na práxis interativa, a consciência mobilizada é sobretudo de tipo axiológico representa /.../ uma contribuição essencial para a compreensão ontológica da práxis política/.../ (*ib.*: 64-65 acréscimo nosso)

O fato que queremos evidenciar consiste em que, apesar de indicar uma complementaridade entre os autores de que se vale – explicitando até mesmo a similaridade entre as concepções de ideologia presentes nos mesmos –, Coutinho aponta para *insuficiências* na teoria lukacsiana, referentes a elementos da esfera interativa, da práxis política, “*uma esfera decisiva da interação social em geral.*”

Se a divergência parece ainda demasiado sutil nos textos em questão, assume contornos mais fortes e tom marcadamente *epistemológico* em *Marxismo e política a dualidade de poderes e outros ensaios* (1994). Ao explicitar que a posição de Lukács acerca das ciências sociais particulares consiste na recusa das mesmas enquanto decadência do pensamento burguês, expressa na recusa da categoria da totalidade, Coutinho aponta para novidades no âmbito da política, para captação das quais o filósofo húngaro estaria epistemologicamente desarmado:

Na verdade, além de seu componente ideológico (no sentido do ocultamento do real), essa divisão científica do trabalho expressa também uma necessidade efetiva do próprio desenvolvimento do conhecimento: a sociedade capitalista, em seu processo evolutivo, foi se tornando de tal modo complexa que os seus vários níveis ganharam objetivamente uma autonomia e especificidade cada vez maiores, demandando assim o aprofundamento de abordagens setoriais. (*id.*, 1994: 97)

O âmbito da novidade e o pensador que a teria captado estão expressos no exemplo arrolado em seguida:

E, já que vamos falar de Gramsci, cabe recordar que ele foi o primeiro a ressaltar, por exemplo, o fato de que o Estado capitalista se ampliou, de que as realidades do poder se difundiram pelo conjunto da sociedade, de modo a fazer com que surgisse até mesmo uma nova esfera do ser social, chamada por ele de ‘sociedade civil’. (*ib.*: 97)

Para captar a estratificação social proveniente deste novo ordenamento, já não seria “/.../suficiente apenas (embora seja absolutamente necessária) uma análise global do modo de produção, já que muitos desses novos estratos sociais surgem a partir da complexificação (já indicada por Gramsci) da superestrutura” (*ib.*: 98).²¹ A postura metodológica adequada consistiria então em uma análise

²¹ A este respeito, nos parece pertinente, a fim de evidenciar a transição em tela, lembrar que, *em sua época lukacsiana*, Coutinho asseverava o seguinte: “O aparente caos e a fragmentariedade de nossa época [fase imperialista do mundo ocidental] não devem obscurecer o fato de que, *substancialmente*, o mundo continua a ser uma totalidade significativa cujas determinações essenciais são análogas às do período capitalista

centrada na categoria da totalidade, mas que assimila criticamente as contribuições das ciências setoriais, dos estudos “politológicos” ou “sociológicos”. Dado que tais estudos apanham o social a partir de âmbitos exteriores ao modo como os homens produzem sua existência, ou ainda, sendo seu proceder analítico a abstração do matrizarmento ontológico da vida constituído pelas relações materiais, Coutinho, em seu retorno da Europa, se vê livre para operar, nos planos da análise e da proposição, tomando o social a partir do político, ou seja, adota um discurso *politicista*, procedimento explicitado, dentre outros momentos, na defendida precedência da conquista da democracia liberal em relação à luta antimonopolista.

Desta feita, consubstancia-se uma transição cuja razão subjacente reside em uma apregoada insuficiência na reflexão lukacsiana, na verdade uma insuficiência bastante peculiar: a ausência de discussões acerca da “catarse” *política* e da “sociedade civil” gramscianas, isto é, conceitos referentes ao campo específico da política. Uma transição que, somada às contribuições eurocomunistas, implica na mudança de foco do pensador baiano, responsável pela intensificação do formalismo presente em suas análises da realidade brasileira, motivação essencial do fenômeno argutamente observado por Ricardo Rodrigues, a saber, o fato de que o discurso coutiniano, nisto acompanhando a própria leitura que faz de seu mestre italiano, não se refere à “/.../dimensão da economia política e/.../” nem ao modo “/.../como ela interage com a esfera supra-estrutural” (Lima, *op. cit.*: 118).

Em conclusão a este já longo artigo, devemos destacar que a transição de que tratamos é plena de conseqüências no pensamento do autor, sendo mesmo a responsável, no plano das análises da realidade nacional, pela maturação de um formalismo manifesto já em sua fase lukacsiana, processo levado a cabo pela desvalorização de problemáticas como a dependência do país às metrópoles na esfera das trocas internacionais e o latifúndio e pela focalização nas relações especificamente políticas, particularmente naquela existente entre o Estado e a

‘clássico’” (*id.*, 1967: 130 acréscimos nossos, destaque do autor). Ou seja, se ocorreu a ampliação do estado referida pelo *gramsciano*, o *lukacsiano* não a percebeu.

sociedade civil, ou, dito de modo mais preciso, o filósofo se afasta paulatinamente das pertinentes, ainda que carentes de maior concretude, reflexões sobre as questões de nossa formação econômica, centrando cada vez mais sua atenção na dimensão política da “renovação democrática do conjunto da vida brasileira” (*id.*, 1980: 33).

Bibliografia:

CHASIN, José. A Miséria brasileira: 1964 – 1994: Do golpe militar à crise social. Santo André: AD Hominem, 2000. p. 490.

COUTINHO, Carlos N. Ensaio: A “Cidadania brasileira” do marxismo italiano Antônio Gramsci. IN: FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. Nº 9 – Janeiro/Fevereiro/Março de 1990. Disponível em: <<http://www2.fpa.org.br/portal>>. Acesso em: 16 outubro 2006.

_____. A Democracia como valor universal. São Paulo: Ciências Humanas, 1980. p.118.

_____. A “Imagem do Brasil” na obra de Caio Prado Júnior. IN: COUTINHO, Carlos N. Cultura e sociedade no Brasil. Rio de Janeiro: DP&A, 2005. 3ª ed. rev. e ampliada. p.272.

_____. Democracia e socialismo: questões de princípio & contexto brasileiro. São Paulo: Cortez Editora, 1992. p.88.

_____. Entrevista concedida a Emiliano José e José Corrêa Leite IN: TEORIA E DEBATE: Revista Trimestral da Fundação Perseu Abramo Nº 51- Jun/Jul/Ago 2002. Disponível em: <<http://www2.fpa.org.br/portal/modules/news/article.php?storyid=1796>>. Acesso em: 27/07/2006.

_____. Gramsci um estudo sobre seu pensamento político. Rio de Janeiro: Campus, 1992. p.142.

_____. Kafka: pressupostos históricos e reposição estética. IN: REVISTA TEMAS DE CIÊNCIAS HUMANAS. São Paulo: Grijalbo, nº 2, p.15-56, setembro 1977.

_____. Literatura e humanismo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967. p. 258.

_____. Marxismo e “imagem do Brasil” em Florestan Fernandes. IN: COUTINHO, Carlos N. Cultura e sociedade no Brasil. *Op. Cit.*

_____. Marxismo e política: a dualidade de poderes e outros ensaios. São Paulo: Cortez Editora, 1994. p.160.

_____. O Estruturalismo e a miséria da razão. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972. p.224.

_____. O Significado de Lima Barreto na literatura brasileira. IN: VÁRIOS AUTORES. Realismo e anti-realismo na literatura brasileira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974. p.138.

_____. Paixão por Gramsci: entrevista concedida a Cecília Costa e Daniela Birman. IN: GRAMSCI E O BRASIL. Disponível em: <<http://www.artnet.com.br/gramsci/arquiv308.htm>>. (originalmente publicado em: **O Globo**. Prosa e Verso, 27 set. 2003.) Acesso em: 15/12/2003.

_____. Presença de Lukács no Brasil: entrevista com Leandro Konder e Carlos Nelson Coutinho. IN: Pinassi, Maria Orlanda & Lessa, Sérgio (orgs.). Lukács e a atualidade do marxismo. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002. p.189.

GENRO FILHO, Adelmo. A Democracia como valor operário e popular: (Resposta a Carlos Nelson Coutinho). IN: ENCONTROS COM A CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, nº 17, p. 195-202, novembro 1979.

FREDERICO, Celso. A recepção de Lukács no Brasil. IN: HERRAMIENTA: Revista de Debate y Crítica Marxista. Disponível em: <<http://www.herramienta.com.ar/modules.php?op=modload&name=News&file=article&sid=223&mode=thread&order=0&thold=0>>. Acesso em: 21/06/2007.

LIMA, Ricardo Rodrigues Alves de. Via Prussiana, revolução passiva e revolução pelo alto: Estudo de Uma Hipótese Marxista Sobre a Particularidade do Caminho Brasileiro ao Capitalismo. 2003. 167 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências de Marília, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Marília.

MARX, Karl. Para a crítica da economia política. IN: MARX, Karl. OS PENSADORES. São Paulo: Vol. XXXV, Abril Cultural, 1974. p.413.

MORAES, João Quartim de. Contra a canonização da democracia. IN: CRÍTICA MARXISTA. São Paulo: Boitempo Editorial, nº12, p. 9-40, 2001.